



**Laboreal**

**Vol.19 N°1 | 2023**

**A atividade de trabalho no cerne dos novos desafios  
sociotécnicos da natureza e do ambiente**

---

## **Estudo sociológico do dispositivo de inaptidão para o trabalho na função pública francesa : o caso da Câmara Municipal de Paris**

*Estudio sociológico del dispositivo de inaptitud laboral en la función pública  
francesa : el caso del ayuntamiento de París*

*Étude sociologique du dispositif d'inaptitude au travail dans la fonction publique  
française : le cas de la ville de Paris*

*Sociological study of the unfitness for work system in the French civil service:  
the case of the city of Paris*

**Marion Gaboriau**

Tradutor: Fernanda Romero

---



### **Edição eletrónica**

URL: <https://journals.openedition.org/laboreal/20858>

DOI: 10.4000/laboreal.20858

ISSN: 1646-5237

### **Tradução(ões):**

Estudio sociológico del dispositivo de inaptitud laboral en la función pública francesa: el caso del ayuntamiento de París - URL : <https://journals.openedition.org/laboreal/20888> [es]

### **Editora**

Universidade do Porto

### **Refêrencia eletrónica**

Marion Gaboriau, «Estudo sociológico do dispositivo de inaptidão para o trabalho na função pública francesa : o caso da Câmara Municipal de Paris», *Laboreal* [Online], Vol.19 N°1 | 2023, posto online no dia 13 julho 2023, consultado o 15 julho 2023. URL: <http://journals.openedition.org/laboreal/20858> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/laboreal.20858>

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 15 julho 2023.



Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional - CC BY-NC 4.0

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

---

# Estudo sociológico do dispositivo de inaptidão para o trabalho na função pública francesa : o caso da Câmara Municipal de Paris

*Estudio sociológico del dispositivo de inaptitud laboral en la función pública francesa : el caso del ayuntamiento de París*

*Étude sociologique du dispositif d'inaptitude au travail dans la fonction publique française : le cas de la ville de Paris*

*Sociological study of the unfitnes for work system in the French civil service: the case of the city of Paris*

**Marion Gaboriau**

Tradução : Fernanda Romero

---

## NOTA DO EDITOR

Manuscrito recebido em : 21.04.2023

Aceite após peritagem : 25.05.2023

Traduzido por : Fernanda Romero (fernandaromero.trad@gmail.com)

## Introdução

- 1 A tese de sociologia que aqui apresentamos, estuda os processos de reconhecimento da inaptidão para o trabalho por motivos de saúde em França e, em particular, na Câmara Municipal de Paris, o principal campo de estudo (Gaboriau, 2021). Após uma breve apresentação do objeto de investigação, delineámos a questão com vista à sua análise.

Descrevemos seguidamente a metodologia de investigação implementada para, por fim, nos determos em alguns resultados importantes do estudo.

## 1. Estudar o reconhecimento da inaptidão para o trabalho na Câmara Municipal de Paris

- 2 Mesmo não estando definida em termos jurídicos, a (in)aptidão ocupa um lugar central nas relações de trabalho em todos os setores profissionais (Del Sol & Héas, 2016). De uma forma geral, designa a (in)capacidade, medicamente avaliada, de os/as trabalhadores/as assalariados/as ocuparem um posto de trabalho em virtude da deterioração do seu estado de saúde. A aptidão para um posto de trabalho é, em primeiro lugar, comprovada pela medicina do trabalho no momento da contratação e condiciona a integração dos/as trabalhadores/as. Avaliada periodicamente durante os exames médicos ao longo da carreira profissional, a aptidão determina as condições e, muitas vezes, a continuidade das relações de trabalho e de emprego. Teoricamente, o reconhecimento da inaptidão visa, nos dias de hoje, proteger os/as trabalhadores/as com saúde frágil dos riscos inerentes ao seu posto trabalho não adaptável, conferindo-lhe o direito à reclassificação, ou até mesmo à reforma antecipada. Na prática, a inaptidão é objeto de diferentes usos e as finalidades a que se destina variam significativamente em função do contexto sócio histórico, da organização e do setor de atividade em questão (Laé, 1991 ; Join-Lambert, 2001 ; Omnès & Bruno, 2004 ; Davezies, 2007).
- 3 A presente tese explora este fenómeno na Câmara Municipal de Paris, empregadora de mais de 52 000 funcionários/as públicos/as, que todos os anos reconhece mais de 500 trabalhadores/as como inaptos para as suas funções ou para qualquer outra função. Destes/as últimos/as, os/as auxiliares de puericultura e pessoal especializado de jardins de infância, funcionários/as de manutenção de escolas ou creches, animadores/as de atividades extraescolares, varredores/as e jardineiros/as, ocupam 90 % dos empregos operários ou pouco qualificados e representam cerca de 70 % dos empregos municipais. Sem equivalente em França, devido à sua dimensão e ao seu estatuto excecional, a Câmara Municipal de Paris dispõe de órgãos e serviços médico-administrativos próprios em matéria de seguro de saúde e medicina no trabalho. Este constituiu o nosso principal trabalho de campo etnográfico, uma vez que é aqui que são tomadas as decisões de inaptidão.

## 2. Considerar a inaptidão para o trabalho como um dispositivo multidimensional

- 4 Mais do que ser pensada como uma decisão estática e pontual, a inaptidão é considerada nesta tese como um dispositivo (Dodier & Barbot, 2016) composto (no cruzamento entre direito, saúde e trabalho), processual (com sequências sucessivas de qualificação nem sempre lineares) e dinâmico (na medida em que envolve inúmeros intervenientes que, através de alianças, negociações ou contestações, podem alterar o seu desenlace). Perguntamo-nos, como se constrói o dispositivo de inaptidão, como é este apropriado localmente por intervenientes heterogéneos - respondendo por sua vez, e não sem ambiguidade, a objetivos institucionais, políticos e organizacionais da

gestão de um emprego público em mutação - e em que medida participa nas desigualdades de saúde mais estruturais.

- 5 Assim, trata-se de analisar o uso do dispositivo pelos intervenientes que lhe dão vida, considerando, por sua vez, que a inaptidão é construída numa situação de interação que não é conhecida de antemão. Ao prestar atenção às variáveis sociotécnicas em que se baseia o dispositivo de inaptidão, por um lado, atribuímos um lugar importante ao conjunto de recursos mobilizados pelos intervenientes para influenciar ou confrontar o dispositivo, tais como a socialização profissional, o conhecimento do direito e dos procedimentos e a experiência da doença e do trabalho e, por outro lado, analisamos a influência dos contextos organizacionais, institucionais e profissionais de ação sobre o dispositivo de inaptidão.
- 6 Para tratar a questão, estudamos de forma cruzada três dimensões principais do dispositivo de inaptidão na Câmara Municipal de Paris : o trabalho administrativo de produção do direito, os modos de decisão numa situação de perícia médica e os testes a trabalhadores/as, tanto a nível individual como coletivo, pondo em evidência os recursos (ou a falta de recursos) e as propriedades sociais em comum. Entrecruzando as três dimensões, convocamos diferentes sociologias : a do trabalho administrativo e do direito (Weller, 1999 ; Borelle, 2015 ; Péglise, 2019), a das profissões e da perícia, adotando uma abordagem interacionista (Dodier, 1993), a dos/as trabalhadores/as subalternos/as (Siblot et al., 2015) e a das desigualdades sociais nos percursos de reconhecimento dos danos para a saúde (Daubas-Letourneux, 2005 ; Marchand, 2018 ; Primerano, 2019). Simultaneamente, contribuímos para uma sócio história recente dos dispositivos de proteção social e de medicina do trabalho na função pública, que são relativamente desconhecidos e que a tese pretende esclarecer.

### 3. Mudar os pontos de vista e os modos de investigação

- 7 A tese baseia-se num estudo de três anos que combina diferentes métodos complementares, implementados em vários níveis da administração parisiense, com a finalidade de observar o trabalho e reunir os pontos de vista de todos os intervenientes, uns mais e outros menos, no âmbito do dispositivo de inaptidão.
- 8 A parte mais importante do trabalho foi desenvolvida no polo médico-administrativo da Câmara Municipal de Paris, responsável por reconhecer os problemas de saúde dos/as trabalhadores/as e de lhes conceder os direitos associados (baixa por doença, declaração de acidente ou doença profissional, prestações económicas associadas à incapacidade para o trabalho, etc.). Plenamente integrados no serviço e com um gabinete próprio [1], foi-nos possível efetuar um número significativo de observações de participantes diariamente, negociar a nossa presença em reuniões de serviço (23), órgãos médico-administrativos (17) e consultas médicas (32), bem como realizar uma série de entrevistas com os/as diferentes profissionais médicos e administrativos (23). Este acesso privilegiado permitiu-nos igualmente recolher uma grande quantidade de dados relativos aos reconhecimentos de inaptidão, extraídos de diferentes programas informáticos de gestão interna. Foi-nos então possível construir e explorar estatisticamente uma base de dados para medir quantitativamente as decisões de inaptidão (relativas a mais de 2000 funcionários) e a sua evolução entre 2014 e 2019.

Além disso, analisámos uma grande quantidade de arquivos internos, o que nos permitiu traçar uma sócio história da organização dos serviços de medicina do trabalho da Câmara Municipal de Paris e das suas práticas no que se refere ao reconhecimento da inaptidão.

- 9 Por outro lado, explorámos outros campos de investigação complementares, sobretudo através de entrevistas e observações. Em primeiro lugar, na Direção de Recursos Humanos, assistimos a várias reuniões (35) e conhecemos intervenientes administrativos e sindicais (21) em entrevistas. Realizámos igualmente um pequeno estudo no departamento de medicina e prevenção [2] (observações da vida no serviço, 6 observações de consultas médicas, 9 entrevistas). Investigámos, além disso, os serviços operacionais, por um lado, no âmbito de uma observação participante de três meses durante a qual fomos contratados como funcionários/as de manutenção de escolas e, por outro, através de entrevistas (8) e observação de reuniões (10) com os/as conselheiros/as de reconversão nas áreas mais afetadas pela inaptidão. A análise de diversas fontes documentais (imprensa, relatórios de inspeção, textos normativos, procedimentos, relatórios de atividade) completou as nossas investigações sobre os diferentes campos de estudo. Por último, conhecemos em entrevistas pormenorizadas 22 funcionários/as reconhecidos/as como inaptos/as para as suas funções ou para todas as funções durante as suas carreiras. Os seus relatos e percursos de inaptidão foram analisados lado a lado com os processos médico-administrativos, aos quais nos foi possível ter acesso com o seu prévio consentimento.

## 4. Compreender e analisar os usos e os efeitos do dispositivo de inaptidão

- 10 A partir da análise cruzada destes diferentes materiais de investigação, a tese permite revelar vários resultados que aqui apresentamos apenas de forma parcial.

### 4.1 Testes a trabalhadores/as avaliados/as : mal-entendidos e preconceitos

- 11 Ao aprofundar o cerne das interações entre os/as médicos/as autorizados/as a reconhecer a inaptidão dos/as trabalhadores/as, a tese revela cenários de perícia (consultas médicas e comissões paritárias, sobretudo) marcados por relações assimétricas de poder e uma gestão da informação caracterizada por uma série de silêncios. Este último aspeto decorre tanto da organização das perícias como da distância social que separa os intervenientes em jogo. Em virtude da falta de comunicação entre os departamentos e também devido ao sigilo médico, os/as médicos/as têm de fazer face a processos vazios, ao mesmo tempo que estão afastados/as da atividade profissional dos/as funcionários/as. Os/As trabalhadores/as nem sempre estão informados/as sobre o que está em jogo nestas perícias de que são objeto e, por conseguinte, nem sempre estão interessados/as - real ou presumivelmente num clima de desconfiança - em revelar informações sobre a sua situação, nem tão pouco dispõem sistematicamente dos recursos necessários para se exprimirem e serem ouvidos/as (Boltanski, 1971). Estes mecanismos são fonte de mal entendidos (Fainzang, 2006) e deixam um espaço importante para elementos extramédicos e extraprofissionais que, na maior parte das vezes, resultam em preconceitos no

momento de declarar a inaptidão. Assim, os peritos médico-administrativos são levados a reduzir problemas, que *a priori* são médicos, a considerações de carácter mais pessoal e moral, pouco questionando o trabalho. As nossas análises dos cenários de perícia são, igualmente, cruzadas com as experiências dos/as trabalhadores/as relatadas nas entrevistas. Distanciados/as e submetidos/as a testes, os/as funcionários/as para os/as quais o reconhecimento da inaptidão é imposto de outra forma, têm pouca margem de manobra para sustentar ou, pelo contrário, contestar as decisões tomadas a seu respeito. O apoio de que podem beneficiar por parte dos/as seus/suas superiores ou representantes do pessoal é então decisivo, quando lhes é dado um espaço para se exprimirem.

## 4.2 Entre a prevenção e a declaração de inaptidão - sem questionar o trabalho ?

- 12 Paralelamente, a tese revela os efeitos do dispositivo de inaptidão a nível institucional, destacando vários paradoxos e tensões. Em primeiro lugar, evidencia que, nos últimos anos, a Câmara Municipal de Paris tem contribuído para produzir massivamente inaptidões que supostamente procura evitar. Vários fatores participam neste fenómeno, tais como a aceleração e racionalização do tratamento dos processos médico-administrativos, que conduzem a reconhecimentos de inaptidão mais rápidos, ou à valorização das reclassificações profissionais denominadas "preventivas". Se bem que os reconhecimentos de inaptidão representem uma considerável limitação para o empregador público, uma vez que deverá assegurar um igual número de reclassificações profissionais, permitem-lhe igualmente cumprir as suas obrigações legais em matéria de emprego de trabalhadores/as com deficiência, evitando assim sanções financeiras [3].
- 13 Por outro lado, o número crescente de reconhecimentos de inaptidão e de funcionários/as a reclassificar na autarquia parisiense torna as questões de saúde no trabalho provavelmente mais visíveis do que no setor privado, onde os/as trabalhadores/as reconhecidos/as como inaptos/as são na maioria das vezes despedidos/as. Em todo o caso, ficou demonstrado que o dispositivo de inaptidão e seus usos evitam, de diversas formas, interrogar as condições de trabalho dos/as funcionários/as e seus potenciais efeitos sobre a saúde, participando em mecanismos de sub-reconhecimento (Cavalin et al., 2020) e produção de ignorância (Henry, 2017; Jouzel, 2019) em termos de saúde no trabalho.

## 4.3 A inaptidão, fonte de instabilidade e de desigualdades sociais e de género

- 14 O estudo revela simultaneamente a heterogeneidade das situações individuais classificadas pela inaptidão. Não obstante o dispositivo de reconhecimento - e o de reclassificação que o acompanha - possa representar um salto profissional para os/as trabalhadores/as com poucas possibilidades de progressão na carreira nos seus empregos de origem (Biland, 2019), pode também ser uma fonte de grande incerteza e desilusão. Neste caso, a proteção associada ao estatuto de funcionário público é conjugada com a instabilidade, ao passo que o dispositivo de inaptidão pode tornar-se um processo de exclusão prolongado no tempo, em particular para os/as funcionários/

as que, não dispondo de recursos para serem reclassificados/as, acabam por ser orientados/as para a reforma por invalidez.

- 15 Por último, a tese lança luz sobre o efeito de (re)produção das desigualdades sociais (sobretudo entre homens e mulheres) em matéria de reconhecimento e no tratamento dos problemas de saúde no trabalho. A partir do nosso tratamento estatístico, demonstrámos que os reconhecimentos de inaptidão se concentram nos/as trabalhadores/as que exercem atividades profissionais de risco (gestão de resíduos, manutenção, prestação de cuidados), mas muitas vezes desvalorizadas e parcialmente invisibilizadas (Lhuilier, 2005 ; Corteel & Le Lay 2011). De acordo com as nossas observações, os/as trabalhadores/as a quem é atribuído o estatuto de inapto/a são, em grande medida, excluídos/as dos dispositivos de reconhecimento mais protetores (acidentes de trabalho, doenças profissionais) ou atingem o termo dos seus direitos (sobretudo baixas por doença prolongadas). Este é o caso, em particular, das mulheres, que representam a maioria dos reconhecimentos de inaptidão e que são frequentemente obrigadas a trabalhar mais tempo. Os homens, em contrapartida, têm, por vezes, mais vantagens sociais a perder se enveredarem pela via do reconhecimento de inaptidão (sobretudo no que respeita a bonificações ou reformas antecipadas associadas ao carácter penoso das suas funções). A inaptidão das mulheres inscreve-se, então, na continuidade dos fenómenos de sub-reconhecimento da penosidade específica das suas funções (a que se junta a da esfera familiar) e dos efeitos que tal acarreta (Messing, 2000 ; Avril & Marichalar, 2006).

## Conclusão

- 16 Em suma, ao analisar a organização do dispositivo de inaptidão, bem como os seus usos concretos na Câmara Municipal de Paris, a tese põe em causa a ausência de consideração da atividade real do trabalho, bem como a invisibilidade dos seus potenciais efeitos na saúde dos/as trabalhadores/as. Esclarecem-se, igualmente, os usos diferenciados da inaptidão e as situações de perícia médica que participam na (re)produção de desigualdades sociais e de género entre trabalhadores/as com recursos díspares para fazer face ao dispositivo e, por vezes, a braços com situações de grande incerteza quanto ao seu futuro, a despeito do estatuto de funcionário público de que gozam.

---

## BIBLIOGRAFIA

- Avril, C., & Marichalar, P. (2016). Quand la pénibilité du travail s'invite à la maison : perspectives féministe en santé au travail. *Travail et Emploi*, 147, 5-26. <https://doi.org/10.4000/travilemploi.7110>
- Biland, É. (2019). *La fonction publique territoriale*. La Découverte.

- Boltanski, L. (1971). Les usages sociaux du corps. *Annales*, 26(1), 205-233. <https://doi.org/10.3406/ahess.1971.422470>
- Borelle, C. (2015). Qualifier des cas, produire concrètement des droits : Le cas du handicap. In P.-Y. Baudot (Ed.), *L'État des droits : Politique des droits et pratiques des institutions* (pp. 211-244). Presses de Sciences Po.
- Cavalin, C., Henry, E., Jouzel, J.-N., & Pélisse, J. (2020). *Cent ans de sous-reconnaissance des maladies professionnelles*. Presses des Mines.
- Corteel, D., & Le Lay, S. (Dir.) (2011). *Les travailleurs des déchets*, ERES, Clinique du travail.
- Daubas-Letourneux, V. (2005). *Connaissance des accidents du travail et parcours d'accidentés. Regard sociologique sur les angles morts d'une question de santé publique* [Thèse de doctorat, Université de Nantes]. <https://shs.hal.science/tel-01285158>
- Davezies, P. (2007). L'aptitude médicale dans le système français de santé au travail : origine, interrogations et débats. *Médecine du travail & ergonomie*, XLIX, 73-82.
- Del Sol, M., & Heas, F. (2016). *Variations sur et autour de l'inaptitude en sante-travail*. Octarès Editions.
- Dodier, N. (1993). *L'expertise médicale. Essai de sociologie sur l'exercice du jugement*. Éditions Métailié.
- Dodier, N., & Barbot, J. (2016). La force des dispositifs. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 71(2), 421-450. <https://www.cairn.info/revue--2016-2-page-421.htm>.
- Gaboriau, M. (2021), *L'inaptitude au travail comme dispositif. De la production institutionnelle aux jugements en situation : le cas de la ville de Paris*. [Thèse de doctorat en sociologie, Institut d'études politiques de Paris]. <https://www.theses.fr/2021IEPP0047#>
- Fainzang, S. (2006). *La relation médecins-malades : information et mensonge*. Presses universitaires de France.
- Henry, E. (2017). *Ignorance scientifique et inaction publique. Les politiques de santé au travail*. Presses de Sciences Po.
- Join-Lambert, O. (2001). Au nom du rendement. L'invention de l'inaptitude aux PTT (1944-1958). *Revue de l'IRES*, 37(3), 119-143.
- Jouzel, J.-N. (2019). *Pesticides. Comment ignorer ce que l'on sait*. Presses de Sciences Po.
- Laé, J.-F. (1991). L'inaptitude à la RATP, de la protection à la sanction, *Sociétés contemporaines*, 4(8), 107-125. <https://doi.org/10.3406/socco.1991.1022>
- Lhuillier, D. (2005). Le « sale boulot », *Travailler*, 2(14), 73-98. <https://doi.org/10.3917/trav.014.0073>
- Marchand, A. (2018). *Reconnaissance et occultation des cancers professionnels : le droit à réparation à l'épreuve de la pratique (Seine-Saint-Denis)*. [Thèse de doctorat, Université Paris Saclay]. <https://www.theses.fr/2018SACLE005>
- Messing, K. (2000). *La santé des travailleuses. La science est-elle aveugle ?* Octarès Editions.
- Omnès, C., & Bruno A.-S. (2004). *Les mains inutiles*. Histoire et société.
- Pélisse, J. (2019). Varieties of Legal Intermediaries: When Non-Legal Professionals Act as Legal Intermediaries. *Studies in Law, Politics, and Society*, 81, 101-128. <https://doi.org/10.1108/S1059-433720190000081005>



Primerano, J. (2019). *Réparer les maux du travail en Lorraine. Etude de parcours de déclaration et de reconnaissance en cancer professionnel*. [Thèse de doctorat, Université de Lorraine].

Siblot, Y., Cartier, M., Coutant, I., Masclet, O., & Renahy, N. (2015). Salarié-e-s subalternes. In Y. Siblot, M. Cartier, I. Coutant, O. Masclet, & N. Renahy (Dir), *Sociologie des classes populaires contemporaines* (pp. 90-129). Armand Colin.

Weller, J.-M. (1999). *L'Etat au guichet : sociologie cognitive du travail et modernisation administrative des services publics*. Desclée de Brouwer.

## NOTAS

1. Esta tese foi realizada no âmbito de uma convenção de formação industrial através da investigação (Cifre) que permite condições de estudo específicas
2. Equivalente a medicina do trabalho.
3. Os/as funcionários/as da função pública francesa reclassificados/as em virtude de inaptidão médica integram a categoria de beneficiários de uma obrigação de emprego a par dos/as trabalhadores/as com deficiência, que legalmente devem representar 6% do pessoal de cada organismo.

---

## RESUMOS

Este artigo apresenta uma investigação de doutoramento em sociologia sobre o reconhecimento da inaptidão para o trabalho por motivos de saúde na função pública territorial francesa. Toma como caso de estudo a Câmara Municipal de Paris, que identifica todos os anos a inaptidão para o trabalho de mais de 500 trabalhadores/as e encaminha-os/as para a reclassificação profissional ou para a reforma por invalidez. O trabalho baseia-se num estudo etnográfico de três anos que combina a observação de situações de trabalho e de perícia, entrevistas com diversos profissionais e trabalhadores/as reconhecidos/as como inaptos/as para as suas funções, a análise qualitativa de processos médico-administrativos e o tratamento estatístico de bases de dados. A análise visa compreender as lógicas institucionais (jurídicas, económicas e de gestão) que sustentam o dispositivo de inaptidão, bem como o que alimenta as decisões de inaptidão numa determinada situação. Em particular, a tese explora diferentes cenários de perícia, caracterizados por relações assimétricas de poder entre médicos/as e trabalhadores/as e por um tratamento da informação que é fonte de mal-entendidos e incerteza. De igual modo, lança luz sobre o efeito de (re)produção de desigualdades sociais e de género no reconhecimento e tratamento dos problemas de saúde no trabalho, cujas causas potencialmente profissionais são muitas vezes ignoradas.

El presente artículo expone una investigación doctoral en sociología que versa sobre el reconocimiento de la inaptitud laboral por motivos de salud en la función pública territorial francesa. Toma como caso de estudio el ayuntamiento de París, que cada año reconoce a más de 500 trabajadores/as inaptos/as para sus funciones y los reorienta hacia una reclasificación profesional o una jubilación por invalidez. El trabajo se basa en un estudio etnográfico de tres años que combina observaciones de situaciones laborales y de peritaje, entrevistas con diversos

profesionales y trabajadores/as reconocidos/as como inaptos/as para sus funciones, análisis cualitativos de legajos médico-administrativos y procesamientos estadísticos de bases de datos. El análisis apunta a entender las lógicas institucionales (jurídicas, económicas y de gestión) que sustentan el dispositivo de inaptitud, así como aquello que alimenta los pronunciamientos de inaptitud en situación. En particular, la tesis explora diferentes escenas de peritaje, caracterizadas por relaciones de fuerza asimétricas entre médicos/as y trabajadores/as y por manejos de información que son fuente de malentendidos e incertidumbre. Asimismo, echa luz a un efecto de (re)producción de desigualdades sociales y generizadas en materia de reconocimiento y atención de los problemas de salud laboral, cuyas causas potencialmente profesionales a menudo son ignoradas.

Cet article présente une recherche doctorale en sociologie qui porte sur la reconnaissance de l'inaptitude au travail pour raison de santé dans la fonction publique territoriale française. Elle prend pour étude de cas la ville de Paris qui reconnaît chaque année plus de 500 travailleurs et travailleuses inaptés à leurs fonctions, orientées vers un reclassement professionnel ou une retraite pour invalidité. Cette recherche s'appuie sur une enquête ethnographique de trois ans mêlant observations de situations de travail et d'expertise, entretiens avec divers professionnels et travailleuses reconnues inaptés à leurs fonctions, analyses qualitatives de dossiers médico-administratifs et traitements statistiques de bases de données. L'analyse vise à comprendre les logiques institutionnelles (juridiques, financières et gestionnaires) qui sous-tendent le dispositif d'inaptitude tout comme ce qui nourrit les jugements d'inaptitude en situation. La thèse explore notamment différentes scènes d'expertise caractérisées par des rapports de force dissymétriques entre médecins et travailleuses et par des jeux avec l'information sources de malentendus et d'incertitude. Elle met également au jour un effet de (re)production d'inégalités sociales et genrées en matière de reconnaissance et de prise en charge des problèmes de santé au travail dont les causes potentiellement professionnelles sont souvent ignorées.

This article presents doctoral research in sociology on the recognition of unfit for work due to health reasons in France's local civil service sector. It takes as its case study the Paris City Hall, which recognizes more than 500 workers as unfit for work each year, and directs them towards professional reclassification or retirement for disability. The research is based on a three-year ethnographic survey combining observations of work situations and expertise, interviews with various professionals and workers recognized as unfit for their functions, qualitative analyses of medico-administrative files and statistical processing of databases. The analysis aims to understand the institutional logics (legal, financial and managerial) that underlie the unfit system, as well as what constructs the judgements of unfit in actual situations. In particular, the thesis explores various scenarios where expertise played out, characterized by dissymmetrical power relations between doctors and workers and by dealing with information which is a source of misunderstanding and uncertainty. It also brings to light the (re)production of social and gendered inequalities in terms of recognition and taking care of occupational health problems, potentially caused by occupational reasons often ignored.

## ÍNDICE

**Mots-clés:** inaptitude au travail ; fonction publique territoriale française ; emploi public subalterne ; retraite pour invalidité ; reclassement professionnel

**Palavras-chave:** inaptidão para o trabalho ; função pública territorial francesa ; cargos subalternos no setor público ; reforma por invalidez ; reclassificação profissional

**Keywords:** unfitness for work; France's local civil service sector; subordinate public sector workers; retirement for disability; professional reclassification

**Palabras claves:** inaptitud laboral ; función pública territorial francesa ; empleo público subalterno ; jubilación por invalidez ; reclasificación profesional

## AUTORES

**MARION GABORIAU**

<https://orcid.org/0009-0000-6924-2516>

Centre nantais de sociologie (CENS), Nantes Université, 17 rue de l'avenir, Nantes, 44300, France.

[marion.gaboriau@univ-nantes.fr](mailto:marion.gaboriau@univ-nantes.fr)